



SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO SP.**

**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**, com sede nesta cidade de
Ribeirão Preto SP,  Rua XI de agosto n. 361, Bairro Campos Elíseos, CEP
14.085-030, inscrito no CNPJ sob n 60.251.733/0001-20, neste ato
representado, na forma de seu Estatuto Social, pelo seu Presidente Laerte Carlos
Augusto, pela advogada e procuradora, infra-assinada, vem mui
respeitosamente,  presença de Vossa Excelência, para interpor a presente
AÇÃO CIVIL COLETIVA, com pedido de tutela antecipada, em face de
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal ou seu
representante judicial, inscrito no CNPJ sob n 56.024.581/0001-56,
estabelecido  Praça Barão do Rio Branco s/n – CEP 14.010-140, pelos motivos
fticos e jurídicos adiante declinados.

Sede: Rua XI de Agosto n 361 - Campos Elíseos – Ribeirão Preto – SP. – CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 – www.municipais.org.br

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 – Nova Guatapar – Guatapar – SP. – CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 – Centro – Pradópolis – CEP 14850-000



I - DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO SINDICATO PARA FIGURAR NO POLO ATIVO DA PRESENTE AÇÃO COLETIVA

Em consonância com as normas constitucionais (art. 5, incisos XXI e LXX, CF/88), os Sindicatos podem representar seus filiados em juízo, quer nas ações ordinárias, quer nas ações coletivas, ocorrendo a chamada substituição processual. Amparado ainda pela Carta Política, *“ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”* (art. 8, inc. III). Assim, as entidades sindicais estão legitimadas para proceder judicialmente a defesa de direitos e interesses individuais homogneos da categoria por elas representada.

Nesse passo, o Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis tem legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria que representa. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal: RE 197.029-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgamento em 13-12-06, DJ de 16-2-07.

A legitimidade ativa do Sindicato Autor para defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais dos integrantes da categoria representada encontra-se estabelecida expressamente pela Constituição Federal (artigo 8., inciso III combinado com o artigo 5., inciso XXI) e ainda por disposições estatutárias, uma vez que o Sindicato Autor está expressamente autorizado, por meio de seu estatuto a *“Lutar pela melhoria das condições de vida, de saúde, de moradia, educação, transporte, lazer e de trabalho de seus representados, ofertando tenacidade contra toda a espécie de atos que visem suprimir ou apequenar direitos ou ainda frustrar a fruição de anseios legítimos da*



categoria” (art. 3, VI) destacando-se a pertinência temática entre a finalidade institucional da entidade e o objeto da presente demanda.

II – DO OBJETO DA PRESENTE DEMANDA

Trata-se de Ação Civil Coletiva proposta pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis contra o Município de Ribeirão Preto, em razão da publicação, pela Secretaria Municipal da Educação, da Portaria n 27/2020 que estabeleceu o retorno ao desempenho das funções presenciais de servidores lotados naquela secretaria.

Tem por fundamento esta ação a ofensa  Constituição Federal, ao Decreto n 64.881, de 22 de março de 2020, que determinou quarentena no território bandeirante - recomendando expressamente que a circulação de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo se limite às atividades essenciais – bem como a inobservância dos princípios da gestão e do interesse público, além do vício na formação do ato administrativo pela falta de motivação.

III – DOS FATOS

O contágio pelo novo coronavírus tem se expandido de maneira vertiginosa no Brasil e no mundo. O número de óbitos decorrentes da Covid-19 se eleva exponencialmente e São Paulo é o Estado, no momento, com maior número de pessoas contaminadas.

Não obstante, contrariando as orientações e recomendações das autoridades sanitárias, contrariando a quarentena decretada no Estado de São Paulo, sem justificativas plausíveis e sem



embasamento em evidências científicas ou análises técnicas, o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal da Educao (SME), publicou a Portaria SME n 27/2020, determinando o retorno dos servidores e trabalhadores públicos da referida Secretaria, ao desempenho das funoes presenciais, em cumprimento à sua jornada integral de trabalho em escolas municipais e na própria sede da Secretaria, n obstante as aulas continuem suspensas.

Como será demonstrado, o abrandamento das medidas de isolamento social trazido pela norma municipal aqui impugnada n se mostra razoável e nem ponderado, por contrariar os arts. 111 e 144 da Constituio do Estado, visto que substitui uma estratégia aceita como adequada para preservar um maior número de vidas, por uma estratégia que arrefece inegavelmente o êxito no combate à epidemia, e que n garante, de forma comprovada, qualquer benefício ao interesse público.

Entre as medidas de reduo da velocidade do contágio estão justamente aquelas que determinam **o fechamento de escolas**, evitam aglomeraoes, reduzem a movimento de pessoas e prescrevem o distanciamento social, sendo recomendadas de forma unânime pela comunidade científica. Portanto, nada recomenda que as medidas de conteno da propagao do vírus sejam flexibilizadas, ao menos neste momento, sem uma atuao integrada e coordenada no âmbito estadual.

Diante de um quadro gravíssimo e notrio, n se afigura razoável ou legítimo que o ato administrativo pontual contrarie a estratégia cristalizada pelas normas das demais esferas federativas com o franco, amplo e inegável suporte da comunidade científica.



Isso porque o abrandamento veiculado pelo ato administrativo ora impugnado compromete o êxito dos planos de isolamento social para conter o avanço da doença, a fim de afastar a possibilidade de colapso do sistema de saúde e majorar a probabilidade de assegurar o direito constitucional  vida e  saúde.

E, principalmente, a referida Portaria compromete o resguardo do direito à vida e  saúde sem que tenha se pautado por evidências científicas e em estudos sólidos que conclusem pela conveniência e indispensabilidade do retorno às atividades presenciais em escolas sem alunos, com o conseqüente abrandamento das medidas de controle da circulao de trabalhadores de serviços não essenciais pelo território da cidade.

A referida Portaria SME não 27/2020, de 27 de abril de 2020, da Secretaria Municipal de Educao do Município de Ribeirão Preto, publicada no Diário Oficial em 28 de abril de 2020, tem a seguinte redao:

PORTARIA SME Não 27 - DE 27 DE ABRIL DE 2020

DISPO A RESPEITO DE ORIENTAOES SOBRE O RETORNO AO TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E FUNCIONÁRIOS EM EXERCÍCIO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAO, EM RAZÃO DAS MEDIDAS DECORRENTES DA COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAO, no uso de suas atribuioes legais, RESOLVE:



Artigo 1 - Fica estabelecido o retorno ao desempenho das funções presenciais, no local de lotação, em cumprimento à sua jornada integral de trabalho, excetuando-se as pessoas que se encontram no grupo de risco, conforme Decreto n 68/2020, de 17 de março de 2020, na seguinte forma:

- I - Diretores, Vice-Diretores e Coordenadores Pedagógicos;
- II - Professores afastados a prestarem serviços no Centro Educacional Paulo Freire;
- III - Professores afastados a prestarem serviços na sede da Secretaria Municipal da Educação;
- IV - Agentes de Administração, Monitor de Informática e Secretários de Escola;
- V - Servidores comissionados lotados na sede da Secretaria Municipal da Educação e na Divisão de Alimentação Escolar;
- VI - Agentes de Operações, Cozinheiros, Monitores de Banda e outras funções não relacionadas que não aderirem às opções descritas no art. 3 desta Portaria.

 1 - Os servidores que estarão em trabalho presencial deverão se atentar a todos os protocolos de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual e demais medidas sanitárias, observando, inclusive, o distanciamento mínimo exigido pelas autoridades em saúde.

 2 - A chefia imediata deverá, também, se atentar às condições de saúde dos servidores que permanecerem em atividades presenciais, em especial a eventuais relatos de estado febril ou outro sintoma respiratório característico da Covid-19 (tosse, dificuldade para respirar), devendo, em caso afirmativo, adotar os protocolos informados pela Secretaria Municipal da Saúde.



Artigo 2 - Os profissionais do quadro do magistério, excetuando-se os elencados no artigo 1, enquanto suspensas as aulas presenciais, deverão retornar à suas atividades em regime de teletrabalho (*home office*), em conformidade com as orientações da equipe gestora da unidade escolar e em cumprimento à sua jornada integral de trabalho.

Artigo 3 - Fica estabelecida a possibilidade, a ser determinada pela chefia imediata, de opao pelo gozo de ferias (vencidas ou a vencer) ou licença-prmio (se houver direito adquirido), entre os dias 27/04/2020 a 31/05/2020, aos Agentes de Operações (que não atuem como funao gratificada de professor), Agente Educacional (que não atuem como funao gratificada de professor), Cozinheiros, Monitores de Banda, observadas a conveniência e oportunidade no serviço público.

Artigo 4 - Os servidores que pertencem ao grupo de risco deverão permanecer em regime de teletrabalho (*home office*), mantendo meio de comunicação eletrnico e telefnico ativos, para contato da chefia e colegas de trabalho, se necessário, e devem responder às demandas que receberem, tempestivamente.

Parágrafo nico - Os servidores que pertencem ao grupo de risco, cujas funoes não estão descritas no artigo 3 desta Portaria e, cuja atividade profissional seja incompatível com o teletrabalho, deverão permanecer  disposiao, em seus domicílios, durante o cumprimento da jornada de trabalho no período indicado.

Artigo 5 - Considera-se prorrogado de 04/04/2020 a 09/04/2020 a autorizaao disposta no artigo 1 da Portaria SME não 23, de 19 de março de 2020.



Artigo 6 - As medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Artigo 7 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE ELIAS MIGUEL

Secretário Municipal da Educação

A Portaria SME não 27/2020  verticalmente incompatível com os seguintes preceitos da Constituição do Estado de São Paulo, aplicáveis ao município por força do seu art. 144:

Artigo 111 – *A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência.*

[...]

Artigo 219 - *A saúde é direito de todos e dever do Estado.*

Pargrafonico - Os Poderes Públicos Estadual e Municipal garantirão o direito  saúde mediante:

1 - políticas sociais, econmicas e ambientais que visem ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade e  redução do risco de doenças e outros agravos;

[...]

Artigo 222 - *As ações e os serviços de saúde executados e desenvolvidos pelosrgos e instituições públicas estaduais e municipais, da administração direta, indireta e fundacional, constituem o sistemanico*



de saúde, nos termos da Constituição Federal, que se organizar ao nível do Estado, de acordo com as seguintes diretrizes e bases:

(...)

III - integração das ações e serviços com base na regionalização e hierarquização do atendimento individual e coletivo, adequado às diversas realidades epidemiológicas;

[...]

Artigo 229 - Compete à autoridade estadual, de ofício ou mediante denúncia de risco  saúde, proceder à avaliação das fontes de risco no ambiente de trabalho e determinar a adoção das devidas providências para que cessem os motivos que lhe deram causa.

 1 - Ao sindicato de trabalhadores, ou a representante que designar, é garantido requerer a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou a saúde dos empregados.

 2 - Em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper suas atividades, sem prejzido de quaisquer direitos, até a eliminação do risco.

 3 - O Estado atuará para garantir a saúde e a segurança dos empregados nos ambientes de trabalho.

 4 - é assegurada a cooperação dos sindicatos de trabalhadores nas ações de vigilância sanitária desenvolvidas no local de trabalho.

O artigo 144 da Constituição Estadual, ademais,  norma constitucional estadual remissiva da Constituição Federal, incorporando normas de reprodução obrigatória, e permitindo a jurisdição constitucional



estadual sob esse aspecto, consoante assentado em sede de repercussão geral (Tema 484). No caso, os preceitos da Constituio Federal envolvidos são os seguintes:

Art. 8. * livre a associao profissional ou sindical, observado o seguinte:*

(...)

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

Art. 24. *Compete  União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

XII - previdência social, proteo e defesa da saúde;

(...)

Art. 196. *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econmicas que visem à reduo do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às aoes e serviços para sua promoo, proteo e recuperao.*

Art. 198. *As aoes e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*

(...)

Em ofensa ao princípio da dignidade da pessoa e ao postulado da valorizao do trabalho humano (artigos 1, incisos III e IV, e 170, caput, da Constituio Federal), sem a menor preocupao em dar efetividade ao artigo 8, III da CF e ao artigo 229,  4, da Constituio do Estado de São



Paulo, a Portaria aqui impugnada disciplina o exercício e limites a direitos fundamentais relacionados à saúde, trabalho, vida e locomoo de um grande contingente de servidores públicos municipais.

Em palavras singelas, a Secretaria Municipal da Educao não pretendeu dispor sobre medidas voltadas ao enfrentamento da COVID-19, ao contrário, na contramão das determinaes estaduais, pretende o afrouxamento das regras de isolamento social, o que permitirá maior contato entre pessoas, o que possivelmente elevar o número de transmissão e provocar a piora da situao sanitária, o oposto dos objetivos mais urgentes do momento atual: proteo  vida,  saúde e o combate ao novo coronavírus.

A Portaria impugnada cuida de temas afetos a direitos fundamentais de assento constitucional (saúde, vida, isonomia e locomoo), desrespeitando o pacto federativo e a divisão espacial do poder instrumentalizada na partilha constitucional, e vilipendiou os direitos  vida e  saúde com agravo  razoabilidade. Ao Município e, por consequência, à Secretaria Municipal da Educao, não é autorizado afastar-se das diretrizes estabelecidas pela União e pelo Estado de São Paulo para proteo  saúde decorrente da pandemia, cabendo-lhes apenas suplementá-las, nos termos dos artigos 30, I e II, da Constituio Federal para o fim de intensificar o nível de proteo por elas estabelecido, mediante a edio de atos normativos que venham a torná-las eventualmente mais restritivas.

A discricionariedade assegurada ao gestor municipal não o autoriza, nem mesmo a pretexto de dispor sobre assuntos de interesse local, flexibilizar os limites determinados na quarentena decretada no Estado de São Paulo, quer seja a suspendendo, quer seja ampliando as atividades e serviços estabelecidos pelo Decreto Estadual como essenciais, ou mesmo



estimulando a circulao de pessoas para além das atividades ali discriminadas.

Ocorre que, dentro do exercício da competência legislativa concorrente, e no campo autorizado pela Lei n 13.979/20, o Governador do Estado de São Paulo editou o Decreto n 64.881, de 22 de março de 2020, determinando quarentena no território bandeirante, recomendando expressamente que a circulao de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo se limite às necessidades imediatas de alimentao, cuidados de saúde e exercícios de atividades essenciais, *in verbis*:

Artigo 4 - Fica recomendado que a circulao de pessoas no âmbito do Estado de São Paulo **se limite às necessidades imediatas de alimentao, cuidados de saúde e exercícios de atividades essenciais**.

No que tange à educao municipal,  lógico que se trata de um serviço relevante para a sociedade, que merece ateno especial e investimento do poder público. Mas não se trata, para os fins perseguidos pelo Decreto n 64.881/2020, de um serviço essencial. Tanto é que as aulas presenciais no Município e no Estado de São Paulo encontram-se suspensas. O referido Decreto fixou, em seu art. 2,  1, um rol de serviços e atividades considerados essenciais, *in verbis*:

Art. 2 (...)

 1 - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica a estabelecimentos que tenham por objeto atividades essenciais, na seguinte conformidade:



1. saúde: hospitais, clínicas, farmácias, lavanderia e serviços de limpeza e hotéis;
2. alimentao: supermercados e congneres, bem como os serviços de entrega (“delivery”) e “drive thru” de bares, restaurantes e padarias;
3. abastecimento: transportadoras, postos de combustíveis e derivados, armazéns, oficinas de veículos automotores e bancas de jornal;
4. segurança: serviços de segurança privada;
5. demais atividades relacionadas no  1 do artigo 3 do Decreto federal n 10.282, de 20 de março de 2020.

A Educao também não se encontra no rol de atividades relacionadas no  1 do artigo 3 do Decreto federal n 10.282, de 20 de março de 2020. Como se percebe, a definio de essencialidade dos serviços em tempos de pandemia não decorre da relevância dos mesmos, mas sim de serem os mesmos inadiáveis – isto é, a ausência de prestao dos serviços coloca em risco a saúde, segurança e sobrevivência da populao.

Portanto não há como enquadrar a educao como serviço essencial para fins de relaxamento da quarentena, pois o trabalho  distância de servidores da educao (diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, agentes de administrao, monitores de informática, secretrios de escolas, cozinheiros, entre outros) não pão em risco a satisfao de necessidades urgentes e inadiáveis da populao.

Vale enfatizar: **não há risco  sobrevivência,  saúde ou  segurança da coletividade o afastamento das funoes presenciais desses trabalhadores.** A volta das atividades presenciais desse grande contingente de trabalhadores, ao contrário, aumenta sobremaneira o risco de contaminao e de propagao do novo coronavírus.



O período de quarentena previsto até 22 de abril, foi estendido até 10 de maio de 2020 pelo Decreto n 64.946 de 17 de abril de 2020, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia da COVID-19.

É por isso que dada a importância e gravidade do problema atualmente enfrentado, além de estar alinhada às diretrizes federal e estadual, os atos discricionários dos gestores públicos municipais destinados a tratar de quarentena dentro do espaço reservado ao Município também devem vir embasados em evidências científicas ou em análises técnicas sobre informações estratégicas de saúde, o que não se verifica no caso presente.

O que se verifica indiscutivelmente no presente caso é que o teor do artigo 1 da Portaria SME n 27, de 27 de abril de 2020 se afastou das diretrizes estabelecidas pelo Estado ao abrandar a quarentena em relação a serviços não essenciais, colidindo diretamente com a opção adotada pelo legislador federal e estadual.

No momento, para salvar o maior número possível de vidas e evitar a propagação ainda mais acelerada da doença, dizem quase em uníssono os especialistas que  hora de toda a sociedade se engajar ainda mais nas ações de resguardo da saúde pública, o que implica aumentar a adesão ao isolamento.

Na contramão desse esforço, sob o pretexto de orientar o retorno ao trabalho dos servidores municipais, a Portaria ora impugnada avança contra as medidas de distanciamento social relacionadas à circulação de pessoas em espaços abertos ao público, ou de uso coletivo, favorecendo a propagação da infecção e a transmissão do Coronavírus.



Nota-se que, diante do avanço da pandemia do coronavírus e das pressões dos governos estaduais e municipais, que são os responsáveis pela gestão de quase todas as redes escolares do País, as autoridades educacionais autorizaram as instituies de ensino fundamental, médio e superior públicas e privadas a não cumprir, em 2020, o mínimo legal de 200 dias letivos de aulas presenciais.

Com as aulas presenciais suspensas, exigir imotivadamente que um grande contingente de servidores da Secretaria Municipal da Educao quebre a política de isolamento social adotada é uma situação atpica e grave, tendo em vista que as razões que motivaram o ato administrativo impugnado sequer foram apresentadas e publicadas.

Em vez disso, a Portaria limitou-se a estabelecer a possibilidade de alguns servidores convocados retomar as atividades presenciais, a utilizar-se da opção pelo gozo de férias (vencidas ou a vencer) ou licença-prmio (se houver direito adquirido), entre os dias 27/04/2020 a 31/05/2020, o que revela que, além da falta de motivação, vislumbra-se o desvio de finalidade no ato administrativo impugnado.

Injustificadamente, no texto da Portaria aqui impugnada, o Suplicado trata de forma díspar os servidores da mesma Secretaria Municipal da Educao, dispondo de modo diferente para situações iguais.

Veja-se, por exemplo que, corretamente, o artigo 2 da Portaria assegurou aos profissionais do quadro do magistério, enquanto suspensas as aulas presenciais, a possibilidade de retorno às atividades em regime de teletrabalho (home office)”. Não  lícito, na hipótese, que a mesma



portaria que assegura corretamente o regime de teletrabalho aos profissionais do magistério, afaste dessa possibilidade os monitores de informática, coordenadores pedagógicos e até monitores de banda.

Não há qualquer razão de ordem legal, administrativa ou científica a justificar que, enquanto os professores municipais retornem às atividades através do teletrabalho (home office), um contingente expressivo de cozinheiros e cozinheiras, por exemplo, seja obrigado a relaxar o necessário recolhimento em suas casas para, quebrando o isolamento social, retornarem ao trabalho em escolas com as aulas suspensas, portanto, sem merendas a serem feitas.

A Constituio determina aos Poderes **a promoo do bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e **quaisquer outras formas de discriminao** (art. 3, IV), por isso não se pode, absolutamente, diferenciar os trabalhadores em termos de proteo  vida, pelos imotivados critérios utilizados na Portaria impugnada.

Diferenciar os trabalhadores de um mesmo serviço não essencial, para permitir que um determinado grupo retorne ao trabalho através de teletrabalho e outro grupo retorne obrigatoriamente ao trabalho presencial em escolas com aulas suspensas, negando ainda a necessidade de assegurar a cooperao do Sindicato nessa decisão que envolve proteo ao trabalho e aoes de vigilância sanitária, é negar a força normativa da Constituio Federal e da Constituio Paulista.

A proteo jurídica  saúde e  vida do trabalhador, como outras proteoes jurídicas, é universal e não depende do grau de formao ou da complexidade da tarefa desenvolvida pelo servidor. Neste sentido, o



cozinheiro, o monitor de informática, o monitor de banda e os profissionais do magistério são todos servidores municipais que, em tempos de normalidade, cumprem com disciplina e espírito público as suas obrigaes e, em tempos de pandemia e de quarentena, por não serem profissionais do serviço essencial, devem ter assegurado, por isonomia, o direito e dever de manterem o isolamento social.

Importante destacar, finalmente, que o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada no sentido de que, em matéria de tutela ao meio ambiente e  saúde pública, devem ser observados os princípios da precauo e da preveno, de forma que, existindo qualquer dvida científica acerca da adoo da medida sanitária de distanciamento social dos servidores municipais, a questão deve ser solucionada em favor da saúde desses trabalhadores.

O princípio da precauo é um critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de preveno e, ao final, execute as aes necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais, inexistindo vedo para o controle jurisdicional das políticas públicas sobre a aplicao do princípio da precauo, desde que a decisão judicial não se afaste da análise formal dos limites desses parâmetros e que privilegie a opo democrática das escolhas discricionárias feitas pelo legislador e pela Administrao Pública.



Em decisão proferida em 31 de março de 2020 no Supremo Tribunal Federal, o Relator Ministro Luís Roberto Barroso, no julgamento da ADPF 668MC/DF, assentou que:

[...] Portanto, nada recomenda que as medidas de conteno da propagao do vírus sejam flexibilizadas em países em desenvolvimento. Ao contrário, tais medidas, em cenários de baixa renda, são urgentes e devem ser rigorosas, dado que as condioes de vida em tais cenários – grandes aglomeraoes e falta de condioes sanitárias adequadas – favorecem o contágio e a propagao do vírus. Do mesmo modo, o sistema público de saúde de países em desenvolvimento, que já se mostra deficiente em algumas circunstâncias, tende a apresentar menor capacidade de resposta do que sistemas públicos de países desenvolvidos que, a despeito disso, também experimentaram a exaustão de sua capacidade.

[...]

Ainda que assim não fosse: que não houvesse uma quase unanimidade técnico-científica acerca da importância das medidas de distanciamento social e mesmo que não tivéssemos a agravante de reunirmos grupos vulneráveis em situaoes de baixa renda, o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência consolidada no sentido de que, **em matéria de tutela ao meio ambiente e  saúde pública, devem-se observar os princípios da precauo e da preveno. Portanto, havendo qualquer dvida científica acerca da adoo da medida sanitária de distanciamento social– o que, vale reiterar, não parece estar presente – a questão deve ser solucionada em favor do bem saúde da populao.** (Grifou-se)

Para finalizar e demonstrar a procedência do pedido esposado pelo Sindicato Autor vale trazer à baila recente decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento (Processo não 2084106-60.2020.8.26.0000), em



que a Municipalidade pleiteou efeito ativo ao agravo e a reforma da decisão interlocutória deferida pela I. Magistrada Lucilene Aparecida Canella de Melo, da 2 Vara da Fazenda Pública, que concedeu a liminar pleiteada nos autos de Ao Civil Pública promovida pelo Ministério Público-SP para suspender os efeitos do Decreto Municipal n 100/2020, do governo municipal de Ribeirão Preto, que também previa medidas de flexibilizao da quarentena de combate à pandemia.

Na referida decisão, o Exmo Desembargador José Luiz Gavião de Almeida, da 3 Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu efeito ativo ao agravo para manter a decisão do juízo a quo, firmando o seguinte entendimento:

(...)

“Nestes tempos excepcionais de coronavírus erra-se menos com a manuteno de situao mais restritiva que a flexibilizao das atividades sociais. Demais disso, não parece existir prejuízo à municipalidade apelante que diz que o decreto atacado praticamente reproduz as regras estaduais a respeito do tema. Se não há prejuízo, posto o mesmo alcance das exceoes já esteja implementado por regras do Estado, não se pode entender que ocorra dano  agravada”

(...).

(Grifou-se)

Por todos os motivos expostos, fica nítida a irregularidade constante no ato administrativo ora impugnado.



IV – DO PEDIDO DE ANTECIPAO DE TUTELA

O pedido esposado pelo Sindicato Autor encontra amparo nos artigos 294, 300,  2 e 497, Parágrafo nico, do Novo Código de Processo Civil e tem como escopo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado ou seus efeitos, in verbis:

“Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

Parágrafo nico. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.”

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

 1 ...

 2 A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificção prévia.”

...

“Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, conceder a tutela específica ou determinar providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Parágrafo nico. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.”



Mais do que a **probabilidade do direito**, as razões acima desenvolvidas demonstram claramente a procedência das alegações do Sindicato Autor. Não se questiona, na presente demanda, o dever daqueles que, desde que protegidos por EPIs e medidas de segurança, devem continuar nas ruas por dever de ofício: servidores municipais da saúde, da assistência social, do DAERP, guardas civis metropolitanos.

Trata-se de intenção desmotivada de razoabilidade e lógica, da Secretaria Municipal da Educação, obrigar o retorno a atividades presenciais, de parte dos seus servidores, a escolas com as aulas suspensas, como se um vírus mortal não estivesse ainda em circulação e como se as medidas restritivas  circulação de pessoas já não fizessem mais sentido.

Igualmente manifesto é o **perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**.

Em Ribeirão Preto, a proporção de casos de óbitos pela Covid-19 e a subnotificação de pessoas contaminadas transmite  população uma falsa sensação de normalidade. Os trágicos exemplos de cidades do interior da Itália e da Espanha, que no início desdenharam do poder de disseminação da Sars-CoV-2 e não adotaram o isolamento, recomendam máxima cautela.

Neste sentido, ao gestor público responsável não é dado o poder discricionário de desdenhar do poder de transmissão da doença e impor, por meio portaria, a volta da normalidade numa situação anormal.

Se a própria Administração Pública começar a adotar medidas que enfraquecem o isolamento, como se pretende impor através da



Portaria ora impugnada, muitos cidadãos que o fazem com disciplina e espírito público começarão a questionar o poder de seu sacrifício pessoal para frear a disseminação do contágio, o que seria o prenúncio de uma tragédia inaudita.

O retorno ao trabalho presencial de cozinheiros, monitores, agentes, em escolas municipais com aulas suspensas, incentiva o descumprimento das recomendações sanitárias e dos atos do Governo Estadual, gera intranquilidade na sociedade, estimula a circulação de pessoas e, assim, aumenta a disseminação do coronavírus.

A omissão do gestor municipal quanto às providências contra aglomerações e quanto  circulação de pessoas contribuir para o aumento de contaminados e terá impacto direto na rede de saúde municipal – já sobrecarregada.

As restrições de isolamento e quarentena são necessárias neste momento, em que não é dado a adoção de medidas isoladas e paroquiais. Ressalte-se que, diante das consequências que o ato administrativo impugnado pode acarretar sobre direitos e liberdades fundamentais dos servidores municipais por ele afetados —  fundamental o estabelecimento de um padrão uniforme de tratamento.

Vale dizer, o tratamento normativo do resguardo a proteção a saúde de servidores que atuam em serviços e atividades de caráter não-essencial, no contexto de implementação de medidas voltadas à mitigação das consequências da pandemia do coronavírus, há de se dar de forma linear, isonômica, coordenada e em harmonia com as diretrizes e condicionamentos estabelecidos na legislação estadual e federal.



Caso contrário, haverá – como já está havendo – prejuízo à categoria afetada em virtude da legitimação de uma multiplicidade de atos municipais contraditórios, dispares e em dissonância com as diretrizes sanitárias e o interesse público.

Quando a Administração Pública utiliza todo o peso institucional e político da esfera de uma das suas maiores secretarias, a SME, em um ataque inesperado a recomendação de isolamento social, além de atacar a ciência, e o interesse público, **está contribuindo para confundir os próprios governados sobre o que fazer diante da pandemia** e, assim, atrasando as medidas necessárias para cont-la e para evitar mortes.

Não haverá prejuízo algum no adiamento do retorno das funções presenciais no âmbito da Secretaria Municipal da Educação enquanto as aulas também estiverem suspensas. No sentido inverso, nos termos definidos pela Portaria impugnada, tem-se o real incentivo à prática de atividades não essenciais, que poderá resultar em muitas mortes no Município e em muitos outros municípios vizinhos, pois a pandemia –  óbvio –  transfronteiriça e causa sobrecarga no sistema de saúde.

De fato, se a Administração Pública passar a adotar medidas isoladas de flexibilização do isolamento, pode levar grande parcela da população a contaminação imediata, levando ao caos o sistema de saúde, que não será capaz de atender a um grande número de doentes simultaneamente.



V – DO PEDIDO FINAL

O Sindicato Autor requer, em benefício dos servidores públicos municipais associados à entidade, visando impedir dano irreparável ou de difícil reparação aos direitos fundamentais  saúde e  vida:

1 – Que seja acolhido o pedido de tutela antecipada, a fim de ser determinado a imediata suspensão dos efeitos do artigo 1 da Portaria 27/2020, publicada no Diário Oficial do Município em 28/04/2020, que determinou o retorno, às funções presenciais, de servidores da Secretaria Municipal da Educação, até final julgamento do mérito, considerada a irreversível lesão a direitos e princípios Constitucionais, além de infração a Leis e Decretos Federais e Estaduais;

2 – Que seja determinado ao Suplicado, liminarmente, a obrigação de se abster de determinar o retorno ao trabalho dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal da Educação, pelo período que perdurar a quarentena decretada no Estado de São Paulo para conter a expansão desenfreada dos casos de Covid-19;

3 – Que, ao final, seja julgada totalmente procedente a presente ação, afastando-se, em definitivo, a aplicação e eficácia do artigo 1 da Portaria 27/2020, publicada no Diário Oficial do Município em 28/04/2020, que determinou o retorno, às funções presenciais, de servidores da Secretaria Municipal da Educação, declarando-se, incidentalmente, sua ilegalidade;



4 – Caso seja concedida a tutela pleiteada nos itens “1” e/ou “2” requer-se seja determinado o pagamento de multa diária por eventual descumprimento da medida, a ser prudentemente arbitrada por esse r. juízo, nos termos do art. 497 c/c artigo 537, do Novo Código de Processo Civil, a partir da concessão da tutela e consequente expedio de ofício ao Requerido;

5 – Que seja determinado ao Suplicado o efetivo cumprimento dos termos do artigo 229,  4, da Constituio Estadual, para o fim de ser assegurada a cooperao do Sindicato Autor nas aoes de vigilância sanitária desenvolvidas no local de trabalho, inclusive aquelas adotadas para fins de evitar ou atenuar as conseqncias adversas de futura flexibilizao de medidas restritivas  circulao de pessoas que atinjam direta ou indiretamente, os servidores e trabalhadores públicos municipais;

6 - Na hipótese de descumprimento da medida imposta, seja em sede liminar, ou seja ao final da demanda, requer-se seja fixada multa ao município requerido, no valor a ser estabelecido por esse r. juízo, a ser revertida em favor dos servidores lesados.

7 – A condenao do Suplicado no pagamento de honorários advoccios, a ser arbitrado em conformidade com o artigo 85 do Novo Código de Processo Civil.

Isto posto é a presente para requerer V.EXA. se digne determinar a citao do Suplicado, no endereço supra citado, a fim de que, em querendo, conteste a presente ao, sob pena de revelia, bem como para que



compareça  audiência eventualmente designada, sob pena de confissão quanto a matéria de fato ora requerida.

Protesta e requer provar o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pela oitiva de testemunhas, a serem oportunamente arroladas, vistorias, perícias, juntada de novos documentos, depoimento pessoal do representante legal do Suplicado e tudo mais que elucidar possa a fim de ser a presente ao julgada totalmente procedente e condenado o Suplicado nos termos dos pedidos, acrescido de juros de mora, atualizao monetária, honorários advocatícios e demais cominaes legais.

D-se  causa, para efeitos de Direito, o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Termos em que,

P. Deferimento.

Ribeirão Preto, 06 de maio de 2020.

REGINA MRCIA FERNANDES

OAB/SP 98.574